

8. *Quem se elege prefeito no Brasil*

Adriano Codato, Emerson Cervi e Renato Perissinotto

Uma literatura cada vez maior tem se ocupado em determinar quais são os caminhos percorridos por aqueles indivíduos que pleiteiam um lugar entre o diminuto grupo das elites políticas eletivas¹. Estudos sobre recrutamento político têm mostrado que são diversas as condições que afetam as chances de êxito de candidatos e que nem sempre é possível isolar “o” fator preponderante. A origem social do postulante, o seu grau de escolaridade, a socialização política a que é submetido, a estrutura de oportunidades que o sistema político oferece, a competitividade do partido pelo qual concorre, a quantidade de recursos em dinheiro que ele consegue mobilizar e mesmo gênero são variáveis que se combinam de maneiras muito distintas em épocas, situações e espaços distintos². Esse conjunto de condições – sociais, políticas e motivacionais – atuam, portanto, de maneira extremamente complexa na determinação das chances do sucesso político e eleitoral.

No Brasil, alguns trabalhos recentes têm se preocupado em identificar as variáveis que afetam as oportunidades daqueles que se lançam nas disputas eleitorais, especialmente para os cargos de deputados federais³ e

¹ Originalmente publicado por *Cadernos ADENAUER*, v. 14, n. 2, p. 61-84, 2013.

²(Sanbonmatsu 2006; Best & Cotta 2000; Norris 1997; Matthews 1984; Marvick 1968; Czudnowski 1975; Freire 2002; Gaxie 1980).

³(Rodrigues 2002; Rodrigues 2006; Braga et al. 2009; Araújo 2005; Perissinotto & Miríade 2009; Perissinotto & Bolognesi 2010; Coradini 2007; Silva Júnior & Figueiredo Filho 2012; Santos 2010).

senadores⁴. Esses estudos se perguntam sobre o impacto que fatores de tipos diversos têm sobre as possibilidades de um pretendente vir a ser eleito. Este artigo retoma essa discussão. Pretendemos contribuir para o entendimento do processo de recrutamento político no Brasil analisando o perfil de todos os candidatos a prefeito e, em especial, dos candidatos vitoriosos nas eleições municipais de 2012.

Prefeitos não têm sido muito investigados dessa perspectiva. Em geral, estudos sobre eleições municipais estão focados ou em campanhas, ou em partidos ou em eleitores⁵. Nosso objetivo é responder à seguinte questão: *quais são os fatores que mais afetaram as chances de sucesso eleitoral dos candidatos a prefeito nas disputas municipais de 2012 no Brasil?* O artigo isola e mede o potencial explicativo de capital econômico, dos atributos sociais e profissionais e das estratégias e recursos políticos dos aspirantes à função municipal.

Intuitivamente, poderíamos afirmar que as oportunidades políticas para se eleger administrador municipal no Brasil aumentam na razão direta do volume de recursos econômicos mobilizados (Felisbino et al. 2012) e que indivíduos de origem social superior, homens, com alta escolaridade, grande patrimônio e filiados a partidos não muito distantes do centro político convencional tendem a ter quase sempre condições melhores para disputar cargos eletivos com razoável chance de êxito. Isso posto, testaremos neste estudo as seguintes hipóteses: *i) que o conjunto de variáveis políticas tem maior impacto sobre a possibilidade de eleição de um candidato a prefeito*

⁴(Marengo dos Santos 2006; Silva 2010; Costa 2010; Araújo 2011; Neiva & Izumi 2012; Lemos & Ranincheski 2002).

⁵ (Limongi & Mesquita 2008; Limongi & Cortez 2010; Villela 2005; Felisbino et al. 2012; Veiga et al. 2007; Moura & Kornin 2001; Fleischer 2002; Jardim 2004; Avelar & Walter 2008)

do que variáveis sócio-demográficas; ii) que recursos financeiros mobilizados na campanha importam decisivamente para a eleição dos executivos municipais; e iii) que a posição ideológica do partido pelo qual se concorre não tem influência significativa sobre a possibilidade de eleição do candidato.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira seção descrevemos o banco de dados utilizado e suas principais características. Na segunda seção, apresentamos o conjunto de onze variáveis que testaremos para explicar quem se elege prefeito no Brasil. A terceira seção testa essas onze variáveis explicativas individualmente para estabelecer a força da relação com a variável dependente (ser/não ser eleito). Por fim, na quarta seção avaliamos os efeitos e a força de todas as variáveis explicativas em conjunto. Na conclusão, resumimos os achados do artigo e avançamos uma interpretação mais geral sobre o significado desses nossos dados para o entendimento das condições atuais de competição política na moderna democracia brasileira.

O banco de dados

Para as análises realizadas aqui foram utilizados dois bancos de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em seu repositório eletrônico.

O primeiro banco apresenta informações sobre características socioeconômicas, educacionais e políticas de todos os candidatos às prefeituras em 2012 que conseguiram registro eleitoral. Constam nesse banco 15.621 concorrentes às prefeituras brasileiras. Nem todos os postulantes tiveram registros deferidos ao final do processo. Alguns desistiram da campanha e outros faleceram. Para selecionar apenas os

candidatos que chegaram ao final da disputa, foi utilizado um segundo banco de dados do TSE que apresenta as votações alcançadas pelos concorrentes no dia 7 de outubro de 2012. Com isso, foram excluídos das análises 491 candidatos com registro no TSE, mas que não tiveram votação no primeiro turno. Ainda de acordo com o TSE, aconteceram eleições para prefeito municipal, em 2012, em 5.567 municípios brasileiros. Não constam informações nos bancos de dados dos municípios de Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE) que não elegem prefeitos. Além deles, o município de Bom Jesus de Goiás (GO) teve todos os candidatos com registro indeferido e não há informação nesses bancos de dados sobre essa disputa nem sobre o eventual eleito. Esses são os únicos três municípios, dos 5.570, que não fazem parte das análises desenvolvidas no artigo.

O modelo explicativo: fatores que contribuem para o sucesso eleitoral

Nosso objetivo básico é identificar as variáveis que ajudariam a explicar o perfil dos vitoriosos nas eleições para prefeito em 2012 e medir, assim, o impacto dessas variáveis no sucesso eleitoral. Para tanto, utilizamos como variável dependente a condição de “eleito” ou “não eleito”. Os mais de 15 mil candidatos distribuídos pelos quase seis mil municípios brasileiros que compõem o banco de dados foram classificados em uma variável binária, onde “1” representa pretendente eleito no primeiro ou no segundo turno e “0” representa candidato derrotado no primeiro ou no segundo turno.

As variáveis explicativas inseridas no modelo de regressão logística que apresentaremos mais adiante também são binárias e incluem características econômicas, sociais e políticas dos candidatos.

Pretende-se isolar o impacto de *cada variável* independente sobre as chances reais dos concorrentes. Os onze fatores explicativos inseridos no modelo são os que seguem, divididos em três grupos:

Variáveis econômicas:

A.1) **patrimônio do candidato**: esta variável foi calculada a partir das informações prestadas ao TSE⁶. Para evitar o impacto da heterogeneidade dos valores, a variável inserida no modelo é uma transformação da unidade original, que está em Reais. Essa transformação faz com que a medida seja em termos de desvios da média. Assim, se o candidato tem patrimônio igual à média de todos os concorrentes, o valor da variável para ele será 1 (um). Se o patrimônio estiver abaixo da média, o desvio será negativo. Se acima, desvio positivo. Para transformar essa variável em binária, optou-se por codificar todos os candidatos com desvio negativo com zero e todos com desvio positivo com um. Assim, o efeito testado é de patrimônio acima da média (“candidato rico”) para sucesso eleitoral.

A.2) **receitas de campanha**: aqui são utilizadas as informações da *primeira prestação de contas dos candidatos*, onde eles indicaram quanto já tinham recebido de doações para suas campanhas. Essa informação é parcial, pois desconsidera as doações da reta final da disputa⁷. De qualquer maneira, sabendo que as diferenças se anulam, o fator serve como um indicador do impacto das (enormes) diferenças de recursos financeiros para as eleições. Assim como na variável anterior, aqui também existe muita heterogeneidade

⁶ O número de candidatos validos na base, descontando candidatos que ficaram sem receita declarada, é o seguinte: candidatos com patrimônio declarado: 14.203; candidatos sem declaração de patrimônio: 1.418.

⁷ Havia 12.551 candidatos com receita na primeira declaração e 3.070 candidatos sem declaração de receita na primeira parcial. Portanto, nossa análise é sobre os 12.551 concorrentes.

de valores, o que impossibilitaria uma comparação direta entre candidatos⁸. Optou-se pelo mesmo método de transformação para considerar os desvios em relação à média. Assim, na variável transformada o desvio negativo significa que o candidato apresentou receita abaixo da média. O contrário vale para os desvios positivos. Como existe muita variação de riqueza e renda entre as regiões do Brasil e entre municípios de diferentes tamanhos, optou-se por controlar os cálculos por essas duas características: tamanho do município e região do País⁹. Assim, foram computados os desvios em relação à média das receitas informadas por candidatos de municípios com *i*) até 5 mil eleitores; *ii*) de 5 a 10 mil eleitores; *iii*) de 10 a 50 mil eleitores; *iv*) de 50 a 200 mil eleitores e *v*) acima de 200 mil eleitores. Em seguida foram calculados desvios em relação à média para municípios de cada uma das mesorregiões brasileiras: *i*) Norte; *ii*) Nordeste; *iii*) Sudeste; *iv*) Centro-oeste e *v*) Sul. A partir dessas duas médias de receitas fez-se uma média aritmética simples para calcular os desvios. Os valores negativos indicam números de desvios abaixo da média, ou seja, baixa receita. Já os positivos mostram uma variação de receitas acima da média dos concorrentes a prefeito em municípios de mesmo tamanho e da mesma região do candidato. Para

⁸ Uma alternativa parecida a esta já tinha sido adotada por (Speck & Mancuso 2012) e foi adaptada para este trabalho.

⁹ O controle pelas cinco mesorregiões do País deve-se às desigualdades de riqueza regional. Assim, parte-se do pressuposto que em regiões mais pobres economicamente é necessário um volume menor de recursos para financiar uma campanha eleitoral. Dito de outra forma, em municípios mais ricos o custo de uma campanha aumenta, portanto não é possível comparar em termos absolutos as doações recebidas por concorrentes em contextos econômicos tão distintos. Outra diferenciação diz respeito ao tamanho do município, pois em distritos eleitorais menores, com maior possibilidade de contato pessoal, torna-se menos relevante a disponibilidade monetária para as campanhas. Assim, os municípios foram divididos em *i*) até 5 mil eleitores; *ii*) de 5 a 10 mil eleitores; *iii*) de 10 a 50 mil eleitores; *iv*) de 50 a 200 mil eleitores; e *v*) acima de 200 mil eleitores. Os quatro primeiros grupos são proporcionais à distribuição dos municípios brasileiros e o quinto grupo foi destacado por se tratar dos municípios com segundo turno nas disputas para prefeitura.

transformar a receita em variável binária, optou-se por codificar todos os desvios negativos com 0 (zero) e os resíduos positivos com 1 (um). Assim, a variável está medindo o impacto das receitas superiores à média na eleição para prefeito.

Variáveis sociais:

B.1) **idade:** para verificar se a idade do candidato (ser mais jovem ou mais velho) tem algum impacto nas chances de eleição, dividiu-se a série pela mediana das idades informadas pelos 15 mil candidatos, codificando os concorrentes com idade abaixo da mediana com 0 (zero) e acima da mediana com 1 (um). No Brasil, a idade mínima para ser prefeito é de 21 anos. Em 2012, a mediana das idades ficou em 47 anos, o que significa que metade dos concorrentes tinha até essa idade e a outra metade estava com 48 ou mais anos.

B.2) **sexo:** a segunda variável social identifica se o candidato é homem ou mulher. O objetivo aqui é medir se as mulheres têm chances maiores ou menores de se elegerem dadas, formalmente, as mesmas condições de competição política. Sendo assim, a codificação da variável binária é 1 (um) para mulher e 0 (zero) para homem.

B.3) **escolaridade:** pretendemos medir se existe algum impacto da maior ou menor educação formal sobre a eleição dos prefeitos. Para tanto, medimos se os concorrentes com escolaridade superior – completa ou incompleta – têm mais chances de se elegerem ou não. As informações foram transformadas da seguinte forma: código 1 (um) para quem informou ter escolaridade superior completa ou incompleta e código 0 (zero) para todos os demais níveis de escolaridade.

B.4) “**empresário**”: para medir o impacto da ocupação profissional de origem de todos os candidatos em 2012, as informações sobre centenas de ocupações declaradas pelos postulantes ao TSE foram agregadas em dez categorias: *i*) trabalhador; *ii*) magistério; *iii*) pequeno comerciante; *iv*) eclesiástico; *v*) funcionário público; *vi*) profissões com ensino superior; *vii*) político; *viii*) empresário; *ix*) aposentado; e *x*) outras profissões. Nosso objetivo específico é testar o impacto da ocupação “empresário”, tanto urbano quanto rural, para a eleição de prefeito no Brasil. Então, a variável agregada das ocupações foi transformada em binária, com código 1 (um) para empresário e código 0 (zero) para todas as demais ocupações.

Variáveis políticas:

C.1) **político profissional**: aqui são agregadas as quatro categorias de políticos profissionais que disputaram as eleições para as prefeituras – vereador, prefeito, deputado e senador. O objetivo é verificar se os políticos profissionais têm ou não mais chances de se eleger prefeito¹⁰. O código 1 (um) é para as quatro categorias de políticos e o código 0 (zero) para todas as demais ocupações.

C.2) **candidato à reeleição**: dentro da categoria político profissional, foram destacados os candidatos que indicaram já serem prefeitos. Assim, o

¹⁰ A hipótese a ser testada aqui parte do pressuposto de que isoladas as demais variáveis políticas e econômicas, candidatos que já são políticos profissionais, em especial os que concorrem à reeleição, têm maiores chances de sucesso por conta da *expertise* desenvolvida em suas trajetórias respectivas e nas campanhas que já disputou. Aqui, são considerados políticos profissionais apenas aqueles que se autodeclararam, na ficha de registro de candidatura ao TSE, como sendo vereador, prefeito, deputado ou senador no campo “ocupação profissional”. Esse grupo somou 2.782 candidatos às prefeituras, ou 17,8% do total.

objetivo é medir o impacto da candidatura à reeleição para o sucesso eleitoral no âmbito municipal. A codificação dessa variável ficou em 1 (um) para políticos que indicam já ser prefeitos e 0 (zero) para vereador, deputado e senador. Dos 15,6 mil candidatos, 1.932 declararam já ser prefeito; portanto, foram aqui considerados concorrentes à reeleição. Eles representaram 12,4% do total de antagonistas e 69,4% do total de políticos profissionais. Ou seja, dois em cada três políticos profissionais disputando prefeituras em 2012 já eram prefeitos. Ao todo, 34,7% dos municípios brasileiros tiveram um candidato à reeleição na disputa.

C.3) **partido coligado**: outra variável é a de interação política. Consideramos que candidatos em partidos coligados têm maior capilaridade eleitoral no município do que concorrentes que disputam em partidos avulsos. Para medir esse impacto, as candidaturas foram divididas em 1 (um) candidato em partido coligado e 0 (zero) candidato em partido solteiro. Aqui não são feitas diferenciações nem sobre o número de partidos na coligação, que variam de apenas dois até mais de 20, nem sobre a consistência ideológica ou programática dos partidos que fazem parte da coligação. Estamos apenas separando os que fizeram dos que não fizeram coligações partidárias em suas campanhas.

C.4) **desempenho do partido**: também utilizamos o grau de sucesso do partido a que pertence o candidato como efeito para eleição ou não. O sucesso foi medido levando-se em consideração a proporção de candidatos eleitos por partido pela proporção de concorrentes apresentados às disputas. Com isso, tem-se um indicador que representa o quanto a mais ou a menos o partido conseguiu eleger em relação à proporção de candidatos apresentados. Aqui, partidos com alto desempenho são aqueles que elegem uma proporção maior de concorrentes em relação aos apresentados para a disputa. Com isso

evita-se a distorção causada pelas diferenças no número de candidaturas para a análise do sucesso eleitoral de um partido (partidos que lançam muitos candidatos não necessariamente têm muito sucesso). Depois de feitos os cálculos, os partidos foram agrupados em: *i*) alto desempenho: aqueles que tiveram diferenças de proporção entre zero e um; *ii*) médio desempenho, para os que não tiveram diferenças; e *iii*) baixo desempenho, para os partidos com diferenças negativas, ou seja, que elegeram uma proporção menor de prefeitos em relação à proporção de candidatos apresentados. Em seguida, a variável foi transformada em binária, onde 1 (um) é partido de alto desempenho e 0 (zero) para os candidatos de todos os demais partidos. O que pretendemos avaliar aqui é o impacto de se estar em um partido mais competitivo (com alto desempenho, na nossa classificação) é uma condição que afeta, ou não, a eleição do prefeito.

C.5) **partido de centro**: por fim, a última variável política inserida no modelo é a posição ideológica do partido a que o candidato pertence. Foi testado o efeito da presença em partidos que se encontram no centro da distribuição do espectro ideológico para a eleição de prefeito. Foram considerados partidos de centro, seguindo a literatura da área, o PMDB e o PSDB. Candidatos destas duas siglas foram codificados com 1 (um) na variável binária. Todos os demais receberam código 0 (zero). Nesse caso, foram desconsideradas as coligações e codificados os candidatos como sendo de centro ou não apenas a partir do partido do concorrente.

Antes de realizar o teste de regressão binária são necessárias duas verificações prévias. A primeira é a medição do efeito individual de cada variável explicativa sobre a variável dependente. Aquelas que não apresentarem efeitos estatisticamente significativos serão excluídas do modelo. Para tanto, utilizaremos o teste de qui-quadrado para tabelas

quádruplas e aproveitaremos para averiguar os efeitos individuais das relações entre as categorias a partir dos resíduos padronizados. Em seguida, será feito o teste de tolerância e de VIF¹¹ para conferir a existência de colinearidade no modelo. Se houver variáveis explicativas colineares, elas serão excluídas para não inflacionar os resultados finais artificialmente.

Recursos políticos e condições de acesso ao *métier* de prefeito

Nesta seção serão apresentados sumariamente os resultados dos testes de qui-quadrado e de resíduos padronizados para todas as onze variáveis explicativas em relações individuais com a variável dependente, que é ter sido ou não eleito prefeito em 2012.

O quadro 1 a seguir mostra que, em relações individuais com a variável dependente, quase todas as variáveis explicativas mostraram-se significativas ao nível de 5% de intervalo de confiança. Apenas a relação entre *idade* do candidato e o fato de ter sido ou não eleito mostrou-se não significativa, com coeficiente do teste qui-quadrado de apenas 1,312 e sig. de 0,252. Todos os resíduos individuais no cruzamento entre eleição e idade ficaram abaixo de 1,96, o que reforça a conclusão sobre a independência entre as duas variáveis¹².

¹¹ VIF é a sigla em inglês para o termo “Fator de Inflação da Variância” e indica quanto a presença de uma variável no modelo tem de impacto sobre as demais. Se o fator ficar abaixo de 10 significa que a variável não está inflacionando artificialmente os resultados, portanto, pode ser mantida no modelo.

¹² Em todos os demais testes os níveis de significância ficaram abaixo do limite crítico, com pelo menos um resíduo padronizado do cruzamento entre as categorias acima de 1,96. Isso significa que não há independência entre as duas variáveis, portanto, a eleição do candidato apresenta algum grau de dependência da presença ou não da característica que está sendo testada.

Variáveis econômicas: o lugar central da receita de campanha¹³

Entre as variáveis econômicas, a que apresentou maior coeficiente no teste de dependência foi “*receita de campanha alta*”, com qui-quadrado de 270,460 e todos os resíduos acima do limite crítico, com sinais trocados (ver quadro 1). Isso significa que candidatos com receita alta tendem a se concentrar entre os eleitos (resíduo positivo de 11,6) e não estar entre os não eleitos (resíduo negativo de -9,1). O contrário acontece com os concorrentes de receita baixa, que não estão entre os eleitos (resíduo de -5,7) e estão entre os não eleitos (resíduo de 4,5). Em relação ao *patrimônio pessoal declarado* pelos concorrentes (variável “bem_alto”), o coeficiente, embora significativo, ficou em 29,242, mostrando uma dependência menor que a variável anterior. Os resíduos são significativos apenas para os que têm bens acima da média geral, com resíduo negativo para não eleitos (-3,1) e positivo para os eleitos (3,9). Isso mostra que embora os pretendentes com patrimônio alto tendam a se eleger, o contrário não se pode dizer daqueles com patrimônio baixo, pois eles estão distribuídos tanto entre eleitos e não eleitos.

Variáveis sociais: a política municipal como universo masculino

Entre as variáveis explicativas sociais com significância estatística, sexo do candidato foi a que apresentou maior relação com o fato de ter ou

¹³ Para uma revisão da literatura sobre o financiamento de campanha e voto no Brasil ver (Mancuso 2012); para uma análise sobre o papel do financiamento das campanhas de candidatos às prefeituras de capitais brasileiras em 2008 ver (Cervi 2010). Para uma análise sobre o papel do financiamento como determinado de desempenho eleitoral, ver (Speck & Mancuso 2012).

não ter sido eleito, com q2 de 20,811. Ser mulher¹⁴ apresenta resíduo negativo (-3,3) com o fato de “ser eleito” e positivo com “não ser eleito” (2,6). Já os homens não apresentam resíduos significativos. Portanto, eles estão distribuídos igualmente entre eleitos e não eleitos. Assim, ainda que se considere um número menor de candidatas, as mulheres elegeram-se proporcionalmente menos do que o esperado.

Quadro 1. Sumarização de testes de resíduos padronizados e qui-quadrado

		eleitos em 2012				eleitos em 2012	
		não	sim			não	sim
Bens_DP_alto	não	1,4	-1,7	Receitas_DP_positiva	não	4,5	-5,7
	sim	-3,1	3,9		sim	-9,1	11,6
q2=29,424 (0,000) N = 14.203				q2=270,460 (0,000) N = 12.551			
		eleitos em 2012				eleitos em 2012	
		não	sim			não	sim
Idade acima de 47 anos	não	-0,5	0,7	É mulher	não	-1	1,3
	sim	0,5	-0,6		sim	2,6	-3,3
q2=1,312 (0,252) N = 14.146				q2= 20,811 (0,000) N = 15.621			
		eleitos em 2012				eleitos em 2012	
		não	sim			não	sim
Escolaridade superior	não	-1,1	1,4	É empresário	não	0,8	-1
	sim	1	-1,2		sim	-1,9	2,4
q2= 5,544 (0,019) N = 15.621				q2= 11,069 (0,001) N = 15.621			
		eleitos em 2012				eleitos em 2012	
		não	sim			não	sim
É político profissional	não	0,8	-1	É prefeito	não	7,6	-7,9
	sim	-1,9	2,4		sim	-5,1	5,3
q2= 11,069 (0,000) N = 15.621				q2=175,895 (0,000) N = 15.621			
		eleitos em 2012				eleitos em 2012	
		não	sim			não	sim
Partido coligado	não	18,3	-23,3		não	7,7	-9,8

¹⁴ Em 2012, de 15,6 mil candidatos a prefeito registrados pelo TSE, 1.998 eram mulheres, o que representa apenas 12,8% do total.

	sim	-7,3	9,2	Partido com alto desempenho	sim	-8,2	10,4
q2= 1014,111 (0,000) N = 15.621				q2= 332,722 (0,000) N = 15.621			
		eleitos em 2012					
		não	sim				
Partido de centro	não	3,7	-4,7				
	sim	-6,2	7,9				
q2= 136,909 (0,000) N = 15.621							

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE

O segundo maior coeficiente de dependência entre as variáveis sócio-demográficas foi “*ser empresário*”, com q2 de 11,069 (0,001). A distribuição dos resíduos é parecida com a anterior, porém com sinal trocado. Ser empresário apresenta resíduo positivo com ser eleito (2,4) e negativo com não ser eleito (-1,9). Já entre os que não são empresários, tanto os resíduos de eleitos e não eleitos ficam abaixo de 1,96, não indicando dependência entre as duas distribuições. Assim, ser empresário está ligado ao crescimento de chances de ser eleito. Todavia, não ser empresário não significa que o candidato terá necessariamente maiores chances de ser derrotado na disputa municipal.

Variáveis políticas: coligações, desempenho partidário, reeleição e moderação ideológica

De todas as variáveis cruzadas individualmente com o fato do candidato ter vencido ou não seus adversários em 2012, as que apresentaram maiores coeficientes de dependência foram as de caráter puramente político.

Dentre as características políticas testadas, as maiores dependências, com resíduos padronizados significativos em todas as categorias, foram: a) *concorrer em uma coligação de partidos*, b) *estar em um partido de alto*

desempenho, c) *ser prefeito* e d) *pertencer a um partido de centro*. O menor coeficiente de q^2 foi entre ser eleito e *ser político profissional*, com 11,069 (0,000)¹⁵. O resíduo positivo mais alto ficou entre ser político e ser eleito (2,4) e negativo entre ser político e não ser eleito (-1,9). Já entre os não políticos, as distribuições ficaram abaixo do limite crítico, indicando que não existe dependência entre as variáveis. Assim, já ser político está relacionado ao fato de vencer a disputa, mas não ser político não está conectado com ser necessariamente derrotado.

O maior coeficiente individual entre todas as variáveis testadas aqui é disputar eleição em uma *coligação de partidos*, com q^2 de 1.014,11 (0,000). Todos os resíduos padronizados ficam acima do limite crítico e o maior deles, negativo, é entre não estar coligado e ser eleito (-23,3), indicando que é mais difícil se eleger quando o postulante se candidata em um partido solteiro. Quase na mesma proporção, aumentam as chances de derrota ao se candidatar sem coligação (18,3). Entre os candidatos que disputaram as prefeituras coligados a outros partidos, o resíduo para não eleitos foi negativo (-7,3), indicando menor chance de encontrar derrotados entre os que concorreram por uma coligação, e positivo (9,2) para os candidatos eleitos em partidos coligados.

Pertencer a partido com alto desempenho é outro fator diretamente conectado ao sucesso eleitoral. Com q^2 da relação de 332,722 (0,000), concorrentes em partidos com alto desempenho tendem a estar entre os

¹⁵ O resíduo baixo para a relação entre ser político profissional e ser eleito prefeito é explicado pelo fato dessa variável reunir quatro categorias de políticos (vereador, prefeito, deputado e senador) cujos efeitos são distintos. Enquanto os vereadores apresentam resíduos negativos com eleição para prefeito – têm mais dificuldade para se eleger – os prefeitos apresentam resíduos positivos. Assim, o desempenho negativo dos vereadores acaba anulando parte do desempenho positivo dos prefeitos. Para comprovar isso, basta testar as categorias de político profissional separadamente.

vencedores (resíduos de 10,4) e a não estar entre os vencidos (resíduos de -8,2). Já os que disputaram por partidos de baixo desempenho tendem a se concentrar entre os não eleitos (resíduos de 7,7) e a não aparecer entre aqueles que foram eleitos (resíduos de -9,8).

Tornar-se ou não prefeito também apresenta dependência estatística com o fato do prefeito ser candidato à reeleição. Com q_2 de 175,895 (0,000), os resíduos são positivos e altos para prefeito reeleito (5,3) e negativos para prefeito derrotado (-5,1). Os resíduos são mais fortes para os que não concorrem à reeleição, com 7,6 de resíduo para os que já são prefeitos e são derrotados, e -7,9 para os que ainda não são prefeitos e conseguem se eleger. Portanto, ser pretendente à reeleição é um fator que explica o sucesso eleitoral dos candidatos vitoriosos às administrações municipais em 2012.

Por fim, pertencer a um partido de centro é outra variável política que se mostra significativa para explicar o sucesso eleitoral dos que se tornaram prefeitos. Com coeficiente q_2 de 136,909 (0,000), os resíduos positivos mostram que os candidatos em partidos de centro tendem a estar entre os eleitos (7,9) e não estar entre os derrotados (-6,2). Já os concorrentes de direita e esquerda tendem a não estar entre os eleitos (-4,7) e a estar entre os derrotados (3,7). Assim, no caso das eleições municipais, candidatos de centro têm mais votos que os concorrentes de partidos das extremidades do espectro ideológico.

Os testes realizados no estudo entre pares de variáveis binárias nos permitem já avançar algumas conclusões iniciais.

A principal delas é que, para o caso estudado, variáveis puramente políticas apresentam explicações mais consistentes com sucesso eleitoral do que variáveis econômicas, que por sua vez são mais fortes que as sociais. Porém, não é suficiente para medir o efeito de um fator isolá-lo dos demais.

Explicações a partir de relações entre duas variáveis são muito primárias, não permitindo uma visualização dos efeitos conjuntos.

Para melhorar a nossa explicação, o próximo passo da análise será a realização de um teste de regressão logística para verificar o conjunto dos impactos e os efeitos individuais de cada variável na eleição de prefeito, isolando-se os efeitos das demais. Antes, porém, é preciso testar a colinearidade das variáveis independentes, pois a existência de variações colineares eleva artificialmente os resultados do teste, tornando-os artificiais – ver explicação na nota 7.

A tabela 1 mostra os resultados de dois testes de colinearidade para variáveis independentes. A tolerância deve estar acima de 0,100 para que não haja colinearidade, e o VIF deve estar abaixo de 10 para que o modelo seja considerado adequado. Foram testadas sem exceção todas as variáveis independentes.

Tabela 1. Resultados dos testes de colinearidade para variáveis explicativas do modelo

variáveis explicativas binárias	estatísticas de colinearidade	
	Tolerância	VIF
Patrimônio alto	0,939	1,065
Receitas positivas	0,939	1,065
Idade acima de 47 anos	0,934	1,071
Ser mulher	0,983	1,017
Escolaridade superior	0,956	1,045
Ser prefeito	0,921	1,085
Partido coligado	0,970	1,030
Partido com alto desempenho	0,646	1,549
Partido de centro	0,656	1,525

variável dependente: eleitos em 2012

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE

Duas variáveis que apresentavam colinearidade com as demais foram excluídas do modelo. A *ocupação do candidato* está altamente relacionada a ter *escolaridade superior*, visto que uma das categorias de ocupação agrega todas as profissões com ensino superior. A outra é a variável “político profissional”, que foi excluída em função da alta colinearidade com a variável (já) “é prefeito”, pois do total de políticos profissionais, cerca de 2/3 deles são prefeitos. As demais variáveis independentes inseridas no modelo não apresentam colinearidade, pois a tolerância de todas elas fica acima de 0,10 e os coeficientes VIF estão bem abaixo de dez em todos os casos.

Assim, podemos dar continuidade e gerar o modelo explicativo de regressão logística para identificar os efeitos individuais das variáveis independentes sobre a eleição para prefeitos brasileiros em 2012. A partir daqui o modelo contará com as nove variáveis explicativas que não apresentaram colinearidade.

Competição eleitoral e o papel das variáveis propriamente políticas

A função de uma regressão logística é indicar uma probabilidade de ocorrência de determinado fato, dada a mudança de uma característica independente (Tranmer & Elliot 2008). Aqui, o fato é ser ou não eleito prefeito municipal e as características são as variáveis independentes listadas mais acima.

Assim, os resultados de uma regressão logística expressam a probabilidade de ocorrência de valores preditos de uma variável dicotômica (sim/não). No nosso caso, os valores são 0 = derrota ou 1 = vitória. Por

exemplo, se considerarmos o efeito da variável “disputar a eleição por uma coligação de partidos” sobre a variável dependente (ser ou não bem-sucedido na disputa), o resultado deve ser interpretado em termos de grau: o quanto aumentam ou diminuem as chances de eleição do candidato uma vez dada a disputa por uma coligação partidária. Como utilizaremos onze variáveis independentes no modelo, trata-se de uma regressão logística múltipla, onde os resultados da relação entre uma variável independente e a variável dependente já leva em consideração os efeitos das demais variáveis independentes.

Como o objetivo aqui é verificar os efeitos de todas as variáveis explicativas em conjunto, a idade do candidato foi mantida no modelo, embora seja um fator que pode, em princípio, ser desprezado. É preciso considerar, contudo, que seu efeito possa crescer quando comparado aos efeitos conjuntos das demais variáveis. Como o nosso modelo inclui todos os casos – todos os mais de 15 mil candidatos às prefeituras brasileiras em 2012 – e não uma amostra ou um universo específico (somente as capitais de estado, por exemplo), não daremos atenção para as estatísticas inferenciais, que seriam importantes caso tivéssemos trabalhando com uma amostra e não com a população de candidatos. Vamos concentrar nossa atenção na interpretação do ajustamento do modelo e nas estatísticas de efeitos individuais, ou seja, depois de isoladas as demais variáveis, trata-se de saber qual é o impacto de determinada característica na eleição ou não de um prefeito em 2012.

O primeiro resultado apresentado aqui é a estatística global de ajustamento do modelo (*overall statistics*). Ela demonstra qual seria o efeito sobre o modelo caso uma dada variável fosse excluída do teste. O *overall statistics* do modelo equivale a um coeficiente q^2 para uma relação entre

duas variáveis. Ele mostra se os efeitos do conjunto de variáveis são estatisticamente significativos. Principalmente em regressões onde o objetivo é fazer previsão, caso o sig. do *overall statistics* fique acima de 0,050, não se deve dar continuidade às análises. No nosso caso, ele mostrou-se altamente consistente, com coeficiente de 208,320 e sig. de 0,000, permitindo-nos seguir o experimento.

Tabela 2. Estatísticas individuais e globais para o ajustamento do modelo

Variável excluída do modelo	Score ROA ¹⁶	Sig.
Patrimônio alto	0,041	0,839
Receitas positivas	6,379	0,012
Idade acima dos 47 anos	0,722	0,396
Ser mulher	1,924	0,165
Escolaridade superior	0,326	0,568
Ser prefeito	170,930	0,000
Partido coligado	24,596	0,000
Partido de alto desempenho	12,532	0,000
Partido de centro	1,880	0,170
<i>Overall Statistics</i>	208,320	0,000

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE

A tabela acima também mostra os efeitos para as variáveis individuais (*score* ROA), caso elas fossem simplesmente retiradas do modelo.

Pelos valores das significâncias, percebemos que as variáveis “patrimônio”, “idade”, “sexo”, “escolaridade” e “partido de centro” não apresentariam efeitos significativos ROA caso estivessem ausentes do teste (sig. > 0,050). Portanto, são elas as de menor impacto para a explicação da

¹⁶ O *score* ROA é uma medida de eficiência individual da relação entre a variável explicativa e a variável dependente. Quanto maior esse score, mais eficiente é a característica para o fato do candidato ter ou não sido eleito.

eleição de prefeito no Brasil. Já as variáveis de caráter político apresentaram os maiores coeficientes (*scores* ROA) e o fator “*ser candidato à reeleição*” representou o maior valor de todos (170,930), seguido por “estar em partido coligado” (24,596), pertencer a “partido com alto desempenho” (12,532), seguida, mas bem atrás, pelo efeito de uma variável econômica, ter “receita de campanha alta” (6,379).

A tabela 3 apresenta as estatísticas do modelo para as variáveis independentes individuais. Os resultados gerais mostram uma relação de dependência entre as variáveis ($-2 \log \text{likelihood} = 2935,861$), embora os coeficientes de determinação sejam baixos (Cox & Snell = 1,9% e Nagelkerke = 12,2%). Isso seria um problema caso nosso modelo pretendesse ser preditivo, ou seja, se nós estivéssemos trabalhando com uma amostra para extrapolar os resultados para a população global de postulantes. Como estamos trabalhando com o total de candidatos (tanto os eleitos como os não eleitos), esses baixos resultados de determinação podem ser desconsiderados.

O que nos interessa aqui são os efeitos individuais das variáveis explicativas para a eleição de prefeito em 2012. Nesse caso, o primeiro coeficiente individual a ser analisado é o Wald, que informa a partir de uma distribuição qui-quadrado se o coeficiente b da variável independente difere significativamente de zero. Quanto mais distância de zero, maior a contribuição dessa variável para a mudança de categoria na variável dependente (no nosso caso, maior a contribuição do fator considerado para a eleição de prefeito). Além disso, o sinal do coeficiente Beta (β) indica a direção da relação, que pode ser efeito positivo ou negativo. A variável que apresenta o maior Wald positivo é “já ser prefeito”, ou seja, ser candidato à reeleição (156,366). Também diferem de zero com efeito positivo sobre a

eleição do candidato “receita alta”, “fazer parte de coligação” e estar em partido com “alto desempenho”. A única que apresenta coeficiente Wald diferente de zero, mas com efeito negativo sobre a eleição de prefeito é “idade alta”. Já as variáveis “patrimônio alto”, “escolaridade superior” e “estar em partido de centro” contribuem muito pouco para o modelo por terem Wald próximo de zero.

Dado que o modelo não é preditivo, não analisaremos os níveis de significância individualmente, passando direto para as razões de chance (*oddsratio*) de eleição do candidato, dada a presença de determinada característica. As *oddsratio* são calculadas a partir da Exp (B) e estão apresentadas em percentuais na última coluna da tabela a seguir. Em razão do sinal, elas indicam se existe maior ou menor possibilidade de eleição dada a característica em análise e de quanto é a chance de vitória eleitoral no caso da ocorrência da característica em questão.

Tabela 3. Coeficientes da regressão logística para ser ou não eleito prefeito no Brasil em 2012

Tipo	Variáveis no modelo ¹⁷	B	Wald	Sig.	Exp (B)	Chance
Econômicas	Patrimônio alto	-0,112	0,743	0,389	0,894	-10,6
	Receita positiva	0,330	10,502	0,001	1,391	39,1
Sociais	Idade acima de 47	-0,328	12,614	0,000	0,720	-28,0
	Ser mulher	-0,240	3,154	0,076	0,786	-21,4
	Escolaridade superior	0,012	0,016	0,898	1,012	1,2
Políticas	Ser prefeito	1,290	156,366	0,000	3,632	263,2
	Partido coligado	0,887	9,365	0,002	2,429	142,9
	Partido alto desempenho	0,245	5,022	0,025	1,278	27,8
	Partido de centro	-0,122	1,045	0,307	0,885	-11,5
	Constante	-1,815	37,173	0,000	0,163	-83,7
	Cox & Snell r2		0,019			
	Nagelkerke r2		0,122			

¹⁷ Como explicado a partir da tabela 1, nos testes de colinearidade, foram excluídas as variáveis colineares “ocupação” e “político profissional”.

	-2 log likelihood	2935,861
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE		

As estatísticas mostram que, em relação às variáveis econômicas, diminui em 10,6 vezes as chances de eleição de candidatos com patrimônio alto e aumentam em 39,1 vezes as chances de eleição daqueles que estão no grupo de candidatos com receitas altas. Isso significa que mesmo candidatos sem patrimônio pessoal significativo (“ricos”) conseguem se eleger; e que candidatos com maior volume de receitas de campanha têm mais chances de vitória.

Já entre as variáveis sociais, ter idade superior a 47 anos diminuiu em 28 vezes a chance de vitória assim como ser mulher reduziu em 21,4 vezes a possibilidade de sucesso eleitoral. Já escolaridade alta apresentou efeito praticamente nulo sobre o sucesso eleitoral, implicando em apenas 1,2 vezes mais chances de vitória. Assim como já indicado em outros trabalhos¹⁸, mulheres têm maior dificuldade de eleição que os homens. Porém, além disso, o que constatamos aqui é que pessoas acima da mediana de idade dos candidatos também tiveram maior dificuldade para eleição. É possível imaginar uma explicação para esse fato esteja ligada ao alto valor da mediana. A metade dos candidatos entre 21 e 47 anos consegue se eleger mais do que os que estão acima de 48 anos. Outra explicação pode ser a tendência de que políticos mais jovens (possivelmente em início de carreira) sejam eleitos para cargos majoritários iniciais, enquanto os mais velhos optam por seguir carreira no legislativo estadual ou federal. Porém, isso precisa ser testado antes de qualquer afirmação categórica.

¹⁸ (Araújo 2009; Miguel 2008; Bohn 2007)

As variáveis políticas foram as que apresentaram os maiores efeitos para o sucesso eleitoral dos prefeitos vitoriosos em 2012.

Ser candidato à reeleição aumentou em 263,2 vezes as chances de vitória nas disputas majoritárias municipais. Fazer parte de uma coligação acresceu em 142,9 vezes as chances de vitória e pertencer a um partido de alto desempenho elevou em 27,8 vezes as oportunidades de se eleger. A única variável política com impacto individual negativo foi pertencer a partido de centro, que diminuiu em 21,4 vezes as chances de sucesso. Os resultados positivos para candidato à reeleição, partido com bom desempenho e em coligação já eram esperados. O surpreendente foi o tamanho do efeito de cada uma delas ao se isolar todas as demais. Já o efeito negativo de partido de centro pode ser explicado pelo fato de que foram categorizados como partidos de centro apenas PMDB e PSDB. Com isso, o número total de candidatos e eleitos desse grupo ficou bem abaixo da soma dos demais partidos, o que fez com que o *Odd ratio* dessa variável fosse artificialmente negativo.

Conclusões

As variáveis utilizadas aqui na tentativa de explicar os resultados das eleições para as quase seis mil prefeituras brasileiras em 2012 mostraram que há efeitos desiguais quando se considera o peso explicativo de fatores diferentes. Assim, não é correto supor, de saída, que o acúmulo de “capitais” em domínios distintos – capital cultural ou escolar, capital econômico, prestígio social (*status*), etc. – implique a possibilidade de traduzi-lo *automaticamente* em capital político e, daí, em sucesso eleitoral, como parece sustentar Gaxie (Gaxie 1980). As variáveis que se mostraram mais importantes para explicar o sucesso eleitoral foram, como se demonstrou, as

de natureza política. Logo, parece que cada vez mais o acúmulo de capital propriamente político qualifica o indivíduo para enfrentar, com razoável chance de vitória, a competição por posições políticas.

Como vimos, ser candidato à reeleição, fazer parte de uma coligação partidária e estar na disputa em um partido com alto desempenho são as principais explicações para a aquisição do mandato municipal. A estas se segue a variável que mede a disponibilidade de recursos nas campanhas. Quanto maior a receita do candidato, mais chance ele tem de ser eleito. Já as variáveis de caráter social tiveram menor poder explicativo, na eleição de 2012. Registre-se também que mulheres e candidatos mais velhos, independentemente do sexo, tiveram menos chances de vitória.

Apesar de estimulantes para a compreensão da disputa política, esses resultados não podem ser tomados como o padrão daqueles que vencem certames eleitorais municipais no Brasil. Ainda que se tenha confirmado as hipóteses enunciadas no início deste artigo, é forçoso lembrar que se trata do desempenho de candidatos em uma única disputa, a de 2012. Além disso, a variedade de municípios, a diversidade de características regionais e as diferenças socioculturais do País permitem dizer que os grandes números aqui expressos representam apenas uma primeira aproximação do perfil de carreira das elites políticas municipais brasileiras. Por outro lado, não se pode minimizar os nossos achados, principalmente os que dizem respeito à relação estatisticamente muito significativa entre gênero, profissionalismo político, disponibilidade de recursos e maiores chances de vitória municipal.

Mas o que esses dados podem nos dizer de mais geral? Por que alguns tipos de recursos contam tão mais que outros?

Uma das explicações possíveis é a especialização progressiva e cada vez maior do universo político no Brasil. A institucionalização das regras e

dos aparelhos políticos da democracia representativa – partidos, parlamentos, eleições – tende a impor um conjunto de exigências que só podem ser atendidas por aqueles que se ocupam profissionalmente da política, e não por candidatos eventuais – por mais bens de fortuna que possuam, por maior que seja seu *status* social ou por mais vistosas sejam suas qualificações escolares. Essa característica especializada do recrutamento político tende a produzir um universo cada vez mais autônomo em relação a outros domínios da vida social. Ainda que o mundo da política não seja, obviamente, impermeável a outros campos (econômico, por exemplo), ele pode funcionar a partir de uma lógica específica que valoriza – em primeiro lugar, ainda que não exclusivamente – recursos obtidos *dentro do próprio campo político*. Essa lógica favorece sobretudo o sucesso e a permanência daqueles que desempenharam atividades prévias em burocracias públicas, cargos eletivos ou nas máquinas dos partidos políticos. No caso do legislativo federal já havíamos constatado a mesma tendência: a profissionalização dos profissionais da representação política (Perissinotto & Miríade 2009; Perissinotto & Bolognesi 2010; Costa & Codato 2012).

A constituição e o desenvolvimento, no Brasil, de uma classe política cada vez mais fechada a adventícios, heterogênea socialmente, mas semelhante quanto aos mecanismos de constituição e recrutamento, tipo e perfis de carreira, estratégias políticas e eleitorais é, a partir desses dados, uma hipótese a ser mais bem explorada.

Certamente há categorias diferentes de capital político e eles orientam ou determinam carreiras bem distintas quando se está, por exemplo, em partidos de direita ou de esquerda, no Executivo ou no Legislativo. Na sua origem, esse capital pode ser familiar, pessoal ou institucional (derivado do partido, do sindicato, de associações civis) e pode ter sido acumulado de

diferentes modos. Como Dahl caracterizou, há diferentes espécies de empreendedores políticos (Dahl 1972).

No caso aqui estudado, os testes revelaram que uma categoria em especial de políticos profissionais, a dos *prefeitos candidatos à reeleição*, produz um impacto positivo e significativo para o sucesso eleitoral; enquanto que outra, de vereadores, apresenta um impacto significativo, porém negativo. Esse achado indica que não basta simplesmente ser “político profissional” para tornar-se prefeito. É necessário encontrar-se em determinado estágio da carreira política e ocupar um tipo específico de posição institucional. No caso específico de prefeito, ao que tudo indica, já ser prefeito é o trunfo essencial.

Referências

- Araújo, C., 2009. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (2), pp.23–59.
- Araújo, C., 2005. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, (24), pp.193–215.
- Araújo, P.M., 2011. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Política Hoje*, 20(2), pp.550–580.
- Avelar, L. & Walter, M.I.M.T., 2008. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, 14(1), pp.96–122.
- Best, H. & Cotta, M. eds., 2000. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.*, Oxford, England: Oxford University Press.
- Bohn, S.R., 2007. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, 1(2), pp.74–107.

- Braga, M. do S.S., Veiga, L.F. & Miríade, A., 2009. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), pp.123–142.
- Cervi, E.U., 2010. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (4), pp.135–167.
- Coradini, O.L., 2007. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, (28), pp.181–203.
- Costa, L.D., 2010. *Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)*. Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, L.D. & Codato, A., 2012. Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010. In *8o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Gramado - RS, Brasil, pp. 1–17.
- Czudnowski, M.M., 1975. Political Recruitment. In F. I. Greenstein & N. W. Polsby, eds. *Handbook of Political Science: Micro-political Theory*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, pp. 155–242.
- Dahl, R.A., 1972. *Polyarchy: Participation and Opposition*, Yale: Yale University Press.
- Felisbino, R. de A., Bernabel, R.T. & Kerbauy, M.T.M., 2012. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, 20(41), pp.219–234.
- Fleischer, D., 2002. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, 8(1), pp.80–105.
- Freire, A., 2002. A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia*, 12, pp.27–56.
- Gaxie, D., 1980. Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 30(1), pp.5–45.

- Jardim, M., 2004. Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão. *Revista de Sociologia e Política*, (22), pp.45–58.
- Lemos, L.B. & Ranincheski, S., 2002. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Revista Senatus*, 2(1), pp.33–39.
- Limongi, F. & Cortez, R., 2010. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos - CEBRAP*, (88), pp.21–37.
- Limongi, F. & Mesquita, L., 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos - CEBRAP*, (81), pp.49–67.
- Mancuso, W.P., 2012. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e da agenda de pesquisa. In *Paper apresentado no 8º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP*. Gramado - RS: Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP.
- Marengo dos Santos, A., 2006. Comparing Houses of Representatives: Parliamentary Recruitment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico. *Teoria & Sociedade*, 2(Selected Edition), pp.0–0.
- Marvick, D., 1968. Political Recruitment and Careers D. L. Sills & R. K. Merton, eds. *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 12(1963), pp.273–282.
- Matthews, D.R., 1984. Legislative Recruitment and Legislative Careers G. Loewenberg, S. C. Patterson, & M. E. Jewell, eds. *Legislative Studies Quarterly*, 9(4), pp.547–585.
- Miguel, L.F., 2008. Political Representation and Gender in Brazil: Quotas for Women and their Impact. *Bulletin of Latin American Research*, 27(2), pp.197–214.
- Moura, R. & Kornin, T., 2001. (Des)Construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000. *Revista de Sociologia e Política*, (16), pp.67–95.
- Neiva, P. & Izumi, M., 2012. Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os senadores suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo. *Opinião Pública*, 18(1), pp.1–21.

- Norris, P. ed., 1997. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, New York: Cambridge University Press.
- Perissinotto, R.M. & Bolognesi, B., 2010. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, 4(1), pp.10–32.
- Perissinotto, R.M. & Miriade, A., 2009. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, 52(2), pp.301–333.
- Rodrigues, L.M., 2006. *Mudanças na classe política brasileira*, São Paulo: PubliFolha.
- Rodrigues, L.M., 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.
- Sanbonmatsu, K., 2006. The Legislative Party and Candidate Recruitment in the American States. *Party Politics*, 12(2), pp.233–256.
- Santos, F., 2010. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. *Cadernos Aslegis*, (40), pp.109–126.
- Silva Júnior, J.A. da & Figueiredo Filho, D.B., 2012. Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). *Revista de Sociologia e Política*, 20(42), pp.199–212.
- Silva, R.S. da, 2010. *Senado: casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006*. Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Speck, B. & Mancuso, W.P., 2012. Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010. In *36º Encontro Anual da Anpocs*. Águas de Lindoia - SP, Brasil: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, p. 23 p.
- Tranmer, M. & Elliot, M., 2008. *Teaching Paper: Binary Logistic Regression*, Cathie Marsh Centre for Census and Survey Research.

Veiga, L.F., Souza, N.R. De & Cervi, E.U., 2007. As estratégias de retórica na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante. *Opinião Pública*, 13(1), pp.51–73.

Villela, J.M., 2005. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. *Mana*, 11(1), pp.267–296.

